

JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA COUTO

DIREITO AOS ALIMENTOS

Londrina/PR
2023


THOTH
E D I T O R A

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Couto, José Henrique de Oliveira.
Direito aos alimentos / José Henrique
de Oliveira Couto - Londrina, PR:
Thoth, 2023.

227 p.

Bibliografias: 209-227

ISBN 978-65-5959-509-9

1. Direito aos alimentos. 2. Definição de
direito aos alimentos. I. Título.

CDD 342.16

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Pietra Vaz Diógenes da Silva

Editor chefe: Bruno Fuga

Índices para catálogo sistemático

1. Direito de Família: 342.16

Conselho Editorial (Gestão 2023)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior •
Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr.
Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel
Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me.
Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme
Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves
Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da
Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.
Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr.
Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMARIO

SOBRE O AUTOR.....	7
AGRADECIMENTOS.....	11
PREFÁCIO.....	13
LISTA DE ABREVIATURAS UTILIZADAS.....	15

CAPÍTULO 1

DIREITO AOS ALIMENTOS NA LEGALIDADE CONSTITUCIONAL-CÍVEL.....	23
1 Existe direito aos alimentos? ²	23
1.1 A constituição e o direito ao alimento.....	27
1.2 O código civil e o direito ao alimento.....	32

CAPÍTULO 2

CARACTERÍSTICAS DO DIREITO AOS ALIMENTOS.....	65
1 Fixação de alimentos e bases de incidência.....	65
1.1 Remuneração líquida.....	66
1.1.1 Problemas práticos na fixação da pensão alimentícia com base na remuneração líquida.....	66
1.2 Remuneração bruta.....	67
1.3 Adicionais na relação de emprego e reflexos na pensão alimentícia.....	67
1.3.1 Horas extras.....	67
1.3.1.1 Horas extras não habituais e a incidência na base de cálculo dos alimentos.....	68
1.3.1.2 Gerente ou diretor e a inviabilidade das horas extras: não incidência na verba alimentícia.....	68
1.3.2 Um terço constitucional.....	69
1.3.3 Gratificação Natalina.....	69
1.3.4 Periculosidade ou insalubridade.....	69
1.3.4.1 Neutralização da insalubridade com equipamentos e a revisional de alimentos.....	70
1.3.5 Adicional noturno.....	70

1.4 Dividendos	71
1.5 Participação nos lucros e resultados e o Recurso Especial 1.872.706.....	71
2 Alcance conceitual do direito ao alimento	72
3 Características do direito ao alimento	94
3.1 Irrenunciabilidade	95
3.1.1 Aspectos processuais da renúncia de alimentos durante o divórcio, separação judicial ou fim da união estável.....	98
3.2 Personalíssimo	99
3.2.1 A morte e a questão da personalidade do direito ao alimento.....	100
3.2.1.1 O espólio e a continuidade de prestação do direito ao alimento: análise à luz do STJ.....	102
3.3 (In)transmissibilidade	103
3.4 Impenhorabilidade.....	104
3.4.1 Defesa do executado (alimentado) para proteção do direito ao alimento.....	105
3.4.2 Penhora incorreta de alimentos, preclusão de defesa e (im)possibilidade da ação rescisória.....	107
3.5 Irrepetibilidade.....	108
3.5.1 Questões práticas e polêmicas a respeito da repetibilidade dos alimentos.....	109
3.5.1.1 Súmula 621 do Superior Tribunal de Justiça.....	109
3.5.1.2 Morte do alimentado e a irrepetibilidade.....	110
3.5.1.3 Falsa gravidez e a (im)possibilidade de devolução dos valores em título de alimentos gravídicos.....	111
3.5.1.4 Ocultação dolosa do verdadeiro pai e o reembolso das verbas alimentícias.....	112
3.5.2 Negócio jurídico para alteração da irrepetibilidade de alimentos da Súmula 621 do STJ.....	113
3.5.3 Irrepetibilidade e a prestação jurisdicional de exigência de contas.....	114
3.5.3.1 Ação de exigir contas (arts. 550 ao 553 do CPC).....	114
3.5.3.2 Verbas alimentícias e a ação de exigir contas.....	116
3.5.3.2.1 A proteção jurídica do alimentado como fundamento para ação de exigência de contas: entre a teoria e a jurisprudência do STJ.....	118
3.5.3.2.2 Prática jurídica acerca da exigibilidade de contas nas verbas alimentares para o filho menor.....	120
3.5.3.2.2. a) Competência (319, I, CPC).....	121
3.5.3.2.2. b) Valor da causa (319, V, CPC).....	123
3.5.3.2.2. c) Intervenção do Ministério Público.....	124
3.6 Incompensabilidade.....	125
3.6.1 Informativo 624 do STJ e a compensação nas verbas alimentícias	126
3.6.2 Adimplemento extra e legalidade na compensabilidade das prestações	

vindouras.....	127
3.7 Atualidade.....	128
3.7.1 Inércia do advogado em pedir aplicação de correção monetária e a questão do pedido implícito.....	129
4 Direito aos alimentos e critérios de fixação.....	131
4.1 Possibilidade do alimentante.....	131
4.1.1 Falta de possibilidade versus o direito ao alimento: a extensão da prestação alimentar para parentes e administração pública.....	132
4.1.2 Uso de sistemas conveniados para descobrimento da possibilidade do alimentante.....	133
4.1.2.1 Quebra do sigilo fiscal do alimentante	134
4.1.2.2 Quebra do sigilo bancário do alimentante	135
4.1.2.3 Custas processuais para pesquisa em sistemas conveniados.....	136
4.1.3 Sinais exteriores de riqueza e apuração da possibilidade do devedor alimentício.....	136
4.1.4 Projeto de Lei n.º 420/2022: entre a subversão do critério possibilidade e o direito ao alimento.....	137
4.2 Necessidade do alimentado.....	137
4.2.1 O menor e a desobrigação de comprovação da necessidade na constituição dos alimentos.....	138
4.2.2 Alimentado em confortável situação e a vedação à exoneração alimentícia: o julgado nº 0016459-71.2016.8.19.0209 do TJRJ.....	138
4.3 Proporcionalidade	140
5 Trânsito em julgado	140
5.1 A segurança jurídica da decisão judicial e sua interface com o trânsito em julgado	140
5.2 Trânsito em julgado material e formal.....	141
5.3 Trânsito em julgado à luz do Código de Processo Civil	141
5.4 Direito aos alimentos e a relativização da coisa julgada.....	142
5.4.1 Ação de alimentos com sentença transitada em julgado e a possibilidade de homologação de acordo nos mesmos autos processuais.....	143
CAPÍTULO 3	145
NOTAS PRÁTICAS ACERCA DO DIREITO AOS ALIMENTOS	145
1 Criança e adolescente.....	145
1.1 A maioridade e a questão da interrupção da prestação alimentícia.....	146
1.1.1 A Súmula 358 do STJ e o princípio do contraditório.....	147
1.2 Criança ou adolescente com deficiência e a interrupção da pensão com maioridade	148
1.2.1 Presunção da necessidade de pensão alimentícia do alimentado com	

deficiência mental e maior.....	152
1.3 Frequência em curso superior ou escola técnica e o alcance da capacidade civil.....	153
1.4 Ausência de possibilidade do genitor e a verba alimentícia prestada pelos avós	154
1.4.1 Obrigação alimentar de caráter subsidiário entre avós e netos.....	157
1.4.2 Obrigação de pagar pensão não passa automaticamente de pai falecido para avós: o Recurso Especial n.º 1.249.133	157
1.4.3 Intervenção de terceiros prevista no artigo 1.698.....	158
1.4.3.1 Possibilidade do autor, réu ou Ministério Público para promover a intervenção de terceiros do art. 1.698 do CC: o Recurso Especial 1715438..	159
1.5 Legitimidade do Ministério Público em ingressar com ação de alimentos para criança ou adolescente.....	160
1.5.1 Prazo em dobro do Ministério Público na ação de alimentos.....	160
2 Cônjuge ou companheiro.....	161
2.1 Separação de fato e divórcio e a (des)necessidade de fornecer pensão alimentícia	161
2.2 Casamento e união estável enquanto causas de cessão da prestação de alimentos ao ex-cônjuge ou ex-companheiro	163
2.3 Venire contra factum proprium e a questão dos alimentos entre ex-companheiro ou ex-cônjuge	164
2.3.1 Vício de consentimento na renúncia aos alimentos no término do casamento ou da união estável.....	166
2.4 Constituição de nova família pelo devedor de alimentos	168
3 Alimentos provisórios	169
3.1 Alimentos provisórios versus tutela provisória de urgência.....	169
3.2 Pedido implícito de alimentos provisórios e inexistência de decisão extra petita.....	170
3.3 Revisão dos valores prestados em título de alimentos provisórios	171

CAPÍTULO 4

DIREITO AOS ALIMENTOS NA ESFERA JUDICIAL.....	173
1 Ação de alimentos.....	173
1.1 Alimentos aos menores e a intervenção do Ministério Público: teoria e prática	175
1.2 Citação do requerido	176
1.3 Audiência de conciliação e julgamento.....	176
1.3.1 Audiência una e contínua e a força maior como causa para continuação em outro dia.....	177
1.4 A exigência de presença do autor e do réu e seus efeitos processuais....	178

1.5 Participação de testemunhas na audiência	178
1.6 Apelação enquanto recurso adequado contra a sentença ditada na audiência de conciliação e julgamento	179
1.6.1 Efeito suspensivo no recurso de apelação.....	180
2 Ação revisional de alimentos.....	180
2.1 Fundamento legal da revisional de alimentos.....	181
2.1. a) Hipóteses de redução da prestação alimentícia.....	181
2.1. b) Hipóteses de majoração da prestação alimentícia.....	183
2.2 Alimentado menor no polo passivo da revisional de alimentos e a citação por oficial de Justiça	184
3 Execução de alimentos	185
3.1 Fase de conhecimento versus fase executiva: introdução ao tema.....	185
3.2 Notas gerais a respeito de títulos judiciais e extrajudiciais.....	186
3.3 Títulos extrajudiciais e judiciais que fixem alimentos.....	187
3.4 A razão da ação de execução de alimentos	188
3.5 Medidas coercitivas indiretas e execução direta.....	189
3.5.1 Ação Direta de Inconstitucionalidade 5941 /DF e medidas coercitivas.....	190
3.6 Sistemas conveniados	192
a) SISBAJUD na modalidade teimosinha.....	192
b) RENAJUD	194
c) SERASAJUD.....	195
d) CENSEC.....	195
3.7 Débitos alimentícios e a penhora em bem de família.....	197
3.7.1 Aspectos processuais do leilão judicial do bem de família.....	198
3.7.1.1 Leilão de bem indivisível e a devolução da quota-parte aos coproprietários alheios à relação alimentícia.....	198
3.7.1.2 Leiloeiro público e atribuições.....	199
3.7.1.3 Edital do leilão.....	199
3.7.1.4 Preço.....	200
3.7.1.5 Encerramento do leilão.....	201
3.8 Pandemia de Covid-19 e impactos no direito aos alimentos	201
3.8.1 Pena privativa de liberdade por débitos alimentícios na pandemia.....	201
3.8.2 Penhora no auxílio emergencial.....	202
4 Ação de oferta de alimentos.....	203
4.1 Interesse na ação de oferta de alimentos.....	204
4.2 Oferta de alimentos sob a ótica da Lei n.º 5.478/1968.....	204
4.3 Ação de oferta de alimentos cumulada com regulamentação de guarda	205
4.4 Participação do Ministério Público	206
4.5 Valor da causa	206
4.6 Legalidade na oferta de alimentos pelos descendentes	207

